

ASOCA - Associação Sol. Soc.
Socorros de Campelos

Anexo

12 de março de 2019

Índice

1	Identificação da Entidade	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	3
3	Principais Políticas Contabilísticas	4
3.1	Bases de Apresentação	4
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração	6
4	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:	10
5	Ativos Fixos Tangíveis	10
6	Custos de Empréstimos Obtidos	13
7	Inventários	13
8	Rédito	14
9	Subsídios do Governo e apoios do Governo	14
10	Benefícios dos empregados	15
11	Divulgações exigidas por outros diplomas legais	15
12	Outras Informações	15
12.1	Associados	16
12.2	Clientes e Utentes	16
12.3	Diferimentos	16
12.4	Caixa e Depósitos Bancários	17
12.5	Fundos Patrimoniais	17
12.6	Fornecedores	18
12.7	Estado e Outros Entes Públicos	18
12.8	Outras Contas a Pagar	18
12.9	Subsídios, doações e legados à exploração	19
12.10	Fornecimentos e serviços externos	19
12.11	Outros rendimentos	19
12.12	Outros gastos	20
12.13	Resultados Financeiros	20
12.14	Acontecimentos após data de Balanço	20

1 Identificação da Entidade

A ASOCA - Associação Sol. Soc. Socorros de Campelos é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de Pessoa Coletiva de Utilidade Pública com estatutos publicados no Diário da República n.º 301, Série III de 28/12/1983, com sede em Rua do Mercado, Nº 22, Campelos. Tem por objetivo principal a proteção Social e de Saúde da população através de equipamentos e serviços de acção social e de saúde, designadamente para o apoio a idosos, doentes, jovens e crianças:

- Complementarmente, a Associação propõe-se socorrer e transportar, feridos, doentes e outras carenciadas, através de equipamentos e estruturas de socorrismo;
- A Associação poderá ainda promover ações de carácter cultural e recreativo;
- O âmbito da ação da Associação abrange a freguesia de Campelos e lugares limítrofes. Podendo o mesmo ser extensível a todo o território nacional mediante um pedido expresso emitido pelos órgãos competentes.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2018 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Setor Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de março;
- Normas Interpretativas (NI)



3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.2 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.3 Compreensibilidade

As Demonstrações Financeiras devem ser de fácil compreensão para os Utentes da informação que relatam. Contudo, não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

3.1.4 Relevância

Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

3.1.5 Materialidade

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.6 Fiabilidade

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve refletir factos consolidados e comprovados.

3.1.7 Representação Fidedigna

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Mesmo que sujeita a riscos, deve haver a preocupação constante mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmem segurança na hora da tomada de decisão.

3.1.8 Substância sobre a forma

Os acontecimentos devem ser contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica. A exclusiva observância da forma legal pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

3.1.9 Neutralidade

A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão.

3.1.10 Prudência

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes que devem ser relevados nas demonstrações financeiras. Contudo, deve manter-se rigor

nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

3.1.11 Plenitude

A informação é fiável quando nas demonstrações financeiras respeita os limites de materialidade e de custo. Omissões podem induzir em erro, pois podem produzir dados falsos ou deturpadores da realidade e levar a decisões erradas.

3.1.12 Comparabilidade

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	5
Equipamento administrativo	6
Outros Activos fixos tangíveis	10

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativa, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais".

3.2.2 Inventários

Os "Inventários" estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que destinam-se a contribuir para o desenvolvimento das actividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados e não estão directamente relacionados com a capacidade de ela gerar fluxos de caixa.

3.2.3 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Associados

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de associados que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Clientes e outras contas a Receber

Os "Clientes" e as "Outras contas a receber" encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As "Perdas por Imparidade" são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.4 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

3.2.5 Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.6 Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “Empréstimo Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

3.2.7 Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

a) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;

4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5 Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2017 e de 2018, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2017					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Depreciações	
Custo						
Terrenos e recursos naturais	22.650,00	0,00	0,00	0,00	0,00	22.650,00
Edifícios e outras construções	1.482.599,45	5.272,84	,00	0,00	0,00	1.487.872,29
Equipamento básico	270.167,90	2.356,91	0,00	0,00	0,00	272.524,81
Equipamento de transporte	263.388,92	0,00	0,00	0,00	0,00	263.388,92
Equipamento biológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	53.303,51	0,00	0,00	0,00	0,00	53.303,51
Outros Ativos fixos tangíveis	49.272,83	861,00	0,00	0,00	0,00	50.133,83
Obras em curso	0,00	62.239,24	0,00	0,00	0,00	62.239,24
Total	2.141.382,71	70.729,99	0,00	0,00	0,00	2.212.112,70
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	527.507,07	0,00	0,00	0,00	29.361,54	556.868,61
Equipamento básico	290.956,60	0,00	0,00	0,00	5.371,14	296.327,74
Equipamento de transporte	181.061,11	0,00	0,00	0,00	13.250,99	194.312,10
Equipamento biológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	52.722,35	0,00	0,00	0,00	581,16	53.303,51
Outros Ativos fixos tangíveis	44.990,72	0,00	0,00	0,00	910,57	45.901,29
Total	1.097.237,85	0,00	0,00	0,00	49.475,40	1.146.713,24

Descrição	2017			Saldo final
	Saldo inicial	Aumentos	Depreciações	
Custo				
Terrenos e recursos naturais	22.650,00	0,00	0,00	22.650,00
Edifícios e outras construções	955.092,49	5.272,84	29.361,54	931.003,79
Equipamento básico	14.815,59	2.356,91	5.371,14	11.801,36
Equipamento de transporte	46.723,52	0,00	13.250,99	33.472,53
Equipamento biológico	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	581,16	0,00	581,16	0,00
Outros Ativos fixos tangíveis	4.282,11	861,00	910,57	4.232,54
Obras em curso	0,00	62.239,24	0,00	62.239,24
Total	1.044.144,87	70.729,99	49.475,40	1.065.399,46

No ano de 2017 iniciou-se obras de ampliação do Lar, estando a mesma em curso. Valor investido até ao momento de 62.239,24 €.

Nas restantes rubricas as aquisições de equipamentos efetuadas foram apenas as necessárias ao desenvolvimento da atividade.

Descrição	2018					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Depreciações	
Custo						
Terrenos e recursos naturais	22.650,00	0,00	0,00	0,00	0,00	22.650,00
Edifícios e outras construções	1.487.872,29	0,00	78.329,90	0,00	0,00	1.409.542,39
Equipamento básico	272.524,81	0,00	0,00	0,00	0,00	272.524,81
Equipamento de transporte	263.388,92	18.035,44	1.537,50	0,00	0,00	279.886,86
Equipamento biológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Equipamento administrativo	53.303,51	6.053,17	0,00	0,00	0,00	59.356,68
Outros Ativos fixos tangíveis	50.133,83	0,00	0,00	0,00	0,00	50.133,83
Obras em curso	62.239,24	177.835,61	0,00	0,00	0,00	240.074,85
Total	2.212.112,70	201.924,22	79.867,40	0,00	0,00	2.334.169,42
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	556.868,62	0,00	0,00	0,00	29.165,19	586.033,81
Equipamento básico	296.327,75	0,00	0,00	0,00	3.057,69	299.385,44
Equipamento de transporte	194.312,09	0,00	1.537,50	0,00	17.759,85	210.534,44
Equipamento biológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	53.303,50	0,00	0,00	0,00	1.085,52	54.389,02
Outros Ativos fixos tangíveis	45.901,29	0,00	0,00	0,00	910,58	46.811,87
Total	1.146.713,24	0,00	1.537,50	0,00	51.978,83	1.197.154,58

Descrição	2018			Saldo final
	Saldo inicial	Aumentos	Depreciações	
Custo				
Terrenos e recursos naturais	22.650,00	0,00	0,00	22.650,00
Edifícios e outras construções	852.673,79	0,00	29.165,19	823.508,60
Equipamento básico	11.801,36	0,00	3.057,69	8.743,67
Equipamento de transporte	33.472,53	18.035,44	17.759,85	33.748,12
Equipamento biológico	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	0,00	6.053,17	1.085,52	4.967,65
Outros Ativos fixos tangíveis	4.232,54	0,00	910,58	3.321,96
Obras em curso	62.239,24	177.835,61	0,00	240.074,85
Total	1.065.399,46	201.924,22	51.978,83	1.137.014,85

No ano de 2018, as obras de ampliação do Lar continuaram. Em 2018 foram investidos 177.835,61 €. Num total de investimento até ao momento de 240.074,85 €. (2017 e 2018)

Foram investimentos 18.035,44 € em equipamentos de transporte na aquisição de duas carrinhas. (Peugeot – 16535,44 € e Citroen – 1500,00 €)

Nas restantes rubricas as aquisições de equipamentos efetuadas foram apenas as necessárias ao desenvolvimento da atividade.

6 Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos. No ano de 2018, existiu movimentos nesta rubrica, conforme demonstrado nos quadros abaixo:

Descrição	2018			2017		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	0,00	17.672,32	17.672,32	0,00	16.208,91	16.208,91
Locações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Descobertos Bancários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contas caucionadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contas Bancárias de Factoring	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contas bancárias de letras descontadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	17.672,32	17672,32	0,00	16.208,91	16.208,91

O valor em dívida de 17.672,32 € é referente ao empréstimo bancária para aquisição da viatura 53-SG-45 e 00-UM-15, com valor em dívida de 8.564,44 € e 9.107,88 €, respectivamente.

7 Inventários

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	2017				2018		
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Mercadorias	0,00	17.482,55	0,00	0,00	20.387,54	0,00	0,00
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	9.390,86	104.194,30	745,23	4.785,14	106.176,05	1.399,01	9.516,02
Produtos acabados e intermédios	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Total	9.390,86	121.676,85	745,23	4.785,14	126.563,59	1.399,01	9.516,02
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				125.537,34			120.433,70
Variações nos inventários da produção				0,00			0,00

8 Rédito

Para os per dos de 2018 e 2017 foram reconhecidos os seguintes R ditos:

Descri�o	2018	2017
Vendas - 71	22.021,25	24.198,52
Presta�o de Servi�os		
Quotas de utilizadores - 721	462.375,44	479.843,49
Quotas e joias - 722	5.391,00	5.958,00
Comparticipa�o de Utentes - 727	2.310,10	1.683,95
Transporte de Doentes - 729	145.746,26	111.133,44
Juros - 791	60,15	71,63
Royalties	0,00	0,00
Dividendos	0,00	0,00
Total	637.904,20	622.889,03

9 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descri�o	2018	2017
Subs�dios do Governo		
509/EE/14 - 7513 - IEFP	0,00	0,00
72/CEI/15 - 7513 - IEFP	0,00	0,00
63/CEI/16 - 7513 - IEFP	0,00	114,44
653/EC/16 - 7513 - IEFP	0,00	1.257,66
007/CEI/17 - 7513 - IEFP	0,00	150,91
029/CEI+/78 - 7513 - IEFP	7.667,70	0,00
ISS, IP - CENTRO DISTRITAL - 751	357.946,11	342.269,33
Total	365.613,81	343.792,33

10 Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos diretivos, nos períodos de 2018 e 2017, foram, respetivamente 19 e 19.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2017 foi de 50 e em 31/12/2018 foi de 48.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2018	2017
Remunerações aos Órgãos Sociais – 631	6.600,00	6.600,00
Remunerações ao pessoal – 632	485.753,19	477.532,59
Benefícios Pós-Emprego	0,00	0,00
Indemnizações - 634	1.694,42	1.769,50
Encargos sobre as Remunerações - 635	107.554,30	106.919,92
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais - 636	5.674,36	4.914,18
Gastos de Ação Social	0,00	0,00
Outros Gastos com o Pessoal - 638	2.989,24	4.377,07
Total	610.265,51	602.113,26

11 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

12 Outras informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

12.1 Associados

A 31 de dezembro de 2018 e 2017, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2018	2017
Ativo		
Associados – 2611	6.517,20	4.015,20
Doadores - em curso	0,00	0,00
Patrocinadores	0,00	0,00
Quotas	0,00	0,00
Financiamentos concedidos - Fundador/doador	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00
Perdas por imparidade	0,00	0,00
Total	6.517,20	4.015,20
Passivo		
Associados - em curso	0,00	0,00
Financiamentos obtidos - Fundador/doador	0,00	0,00
Resultados disponíveis	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00
Total	0,00	0,00

12.2 Clientes e Utentes

Para os períodos de 2018 e 2017 a rubrica “Clientes” encontra-se desagregada da seguinte for:

Descrição	2018	2017
Clientes e Utentes c/c		
Clientes – 2111	37.653,22	27.937,63
Utentes – 2117	4.130,53	5.240,80
Clientes e Utentes títulos a receber		
Clientes	0,00	0,00
Utentes	0,00	0,00
Clientes e Utentes factoring		
Clientes		
Utentes		
Clientes e Utentes cobrança duvidosa		
Clientes		
Utentes - 21178	12.214,39	12.214,39
Total	53.998,14	45.392,82

12.3 Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2018	2017
Gastos a Reconhecer		
Seguros - 2811	6.307,71	4.428,45
Total	6.307,71	4.428,45
Rendimentos a Reconhecer		
Outros Rendimentos - 2821	3.000,00	7.439,99
Total	3.000,00	7.439,99



Na rubrica gastos a reconhecer inclui os prémios de seguros pagos em 2018, referentes ao ano de 2019.

Na Rubrica rendimentos a reconhecer inclui o proveito anual do diferimento do proveito referente ao contrato da Rubis no montante de 3.000,00 €.

12.4 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de dezembro de 2018 e 2017, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2018	2017
Caixa - 11	640,43	490,23
Depósitos à ordem - 12	81.698,81	124.301,35
Depósitos a prazo - 13	2.500,00	74.018,00
Outros		
Total	84.839,24	198.809,58

12.5 Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos - 51	122.123,23	0,00	0,00	122.123,23
Excedentes técnicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas - 55	6.000,00	0,00	0,00	6.000,00
Resultados transitados - 56	434.287,58	66.408,75	0,00	500.696,33
Excedentes de revalorização	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais - 59	537.188,51	0,00	51.375,75	485.812,76
Total	1.099.599,32	66.408,75	51.375,75	1.114.632,32

A conta Resultados Transitados apresenta um aumento no valor de 66.408,75 € em virtude do resultado líquido positivo do ano de 2017.

A conta outras variações nos fundos patrimoniais apresenta uma diminuição no valor total de 51.375,75€, referente ao diferimento dos subsídios, construção inicial do Lar no valor de 14.234,16 €, QREN no valor de 5.091,59 €, doação viatura matrícula 99-NV-61 no valor de 850,00 € e venda de imóvel no valor de 31.200,00 €.

12.6 Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Fornecedores c/c - 221	25.998,11	20.632,45
Fornecedores títulos a pagar	0,00	0,00
Fornecedores faturas em receção e conferência	0,00	0,00
Total	25.998,11	20.632,45

12.7 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Ativo		
Retenções na Fonte sobre juros recebidos - 241	0,15	0,15
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) – 243	29.114,98	8.880,44
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
Total	29.115,13	8.880,59
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	0,00	0,00
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	2.259,73	2.672,00
Segurança Social – 245	12.886,59	13.407,80
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
Total	15.146,32	16.079,80

12.8 Outras Contas a Pagar

A rubrica "Outras contas a pagar" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2018		2017	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal				
Remunerações a pagar - 231	0,00	-194,63	0,00	210,68
Outras Operações (Sindicato) – 238	0,00	16,36	0,00	0,00
Cauções	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00	0,00	0,00
Perdas por imparidade acumuladas	0,00	0,00	0,00	0,00
Fornecedores de Investimentos	0,00	81,52	0,00	0,00
Credores por acréscimo de gastos	0,00	77.246,29	0,00	69.274,58
Outros credores - 278	0,00	3.533,75	0,00	3.538,39
Total	0,00	80.683,29	0,00	73.023,65

Na rubrica outros credores inclui o valor de um Utente de 2.000,00 €, dos fundos de compensação no valor de 132,51 €, fundo de reestruturação do setor solidário no valor de 736,57 €, valor das penhoras dos funcionários de 264,67 €, valor de Utente de 400,00 €.

12.9 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2018 e 2017, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

Descrição	2018	2017
Subsídios do Estado e outros entes públicos – 751	365.613,81	343.792,34
Subsídios de outras entidades	0,00	0,00
Doações e heranças	0,00	0,00
Legados	0,00	0,00
Total	365.613,81	343.792,34

12.10 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, foi a seguinte:

Descrição	2018	2017
Subcontratos	0,00	0,00
Serviços especializados – 622	65.409,11	64.614,21
Materiais - 623	13.916,04	10.054,56
Energia e fluidos - 624	81.012,29	72.060,30
Deslocações, estadas e transportes - 625	2.347,13	1.656,40
Serviços diversos - 626	37.339,33	40.436,11
Encargos com Utentes - 627	8.018,61	7.803,63
Total	208.042,51	196.625,21

12.11 Outros rendimentos

A rubrica de “Outros rendimentos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Rendimentos Suplementares – 781 (Vodafone)	3.559,82	3.883,44
Descontos de pronto pagamento obtidos - 782	739,65	4.278,80
Recuperação de dívidas a receber	0,00	0,00
Sinistros - 7841	0,00	0,00
Rendimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Rendimentos nos restantes ativos financeiros	0,00	0,00
Rendimentos em investimentos não financeiros - 7871	35.500,00	30.000,00
Outros rendimentos e ganhos- 788	33.125,03	37.038,31
Total	72.924,50	75.200,55

Na Rubrica Rendimentos em investimentos não financeiros, inclui a venda da casa de habitação sita em Campelos pelo valor de 35.000,00 € e venda da viatura marca Peugeot (52-29-IM) no montante de 500,00 €.

Na rubrica outros rendimentos e ganhos inclui a imputação de subsídios ao investimento (PIDAC, QREN), donativos, subsídio funeral, proveito máquina de café, comparticipação aquisição caldeiras.

12.12 Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Impostos - 681	335,67	530,87
Descontos de pronto pagamento concedidos - 682	42,50	0,00
Incobráveis	0,00	0,00
Perdas em inventários	0,00	0,00
Gastos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Gastos nos restantes investimentos financeiros	0,00	0,00
Gastos em investimentos não financeiros - 687	0,00	0,00
Outros Gastos - 688	445,23	418,35
Total	823,40	949,22

12.13 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2018 e 2017 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2018	2017
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados - 691	670,55	619,00
Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00
Outros gastos e perdas de financiamento 698	441,50	153,75
Total	1.112,05	772,75
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos - 791	60,15	71,63
Dividendos obtidos	0,00	0,00
Outros Rendimentos similares	0,00	0,00
Total	60,15	71,63
Resultados Financeiros	-1.051,90	-701,12

12.14 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2018.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2018 foram aprovadas pela Direção em 12 de Março de 2019.

Campelos, 12 de Março de 2019

O Contabilista Certificado


A Direcção

Paulo Fernandes

José Soares
Júlio Duarte
L. L. L.
MIGUEL ANTÓNIO LOPES BOMBAARDI
São Manuel de Soutas

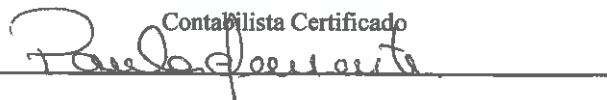
RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2018	31 DEZ 2017
ACTIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	1.114.364,87	995.619,48
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros (FCT)		3.674,32	2.773,06
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Outros Créditos e ativos não correntes/Propriedades de Investimento	5	22.650,00	22.650,00
		1.140.689,19	1.021.042,54
Ativo corrente			
Inventários	7	9.516,02	4.785,14
Créditos a receber	12.2	53.998,14	45.392,82
Estado e outros entes públicos	12.7	29.115,13	8.880,59
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Diferimentos	12.3	6.307,71	4.428,45
Outros ativos correntes	12.1	6.711,83	4.015,20
Caixa e depósitos bancários	12.4	84.839,24	198.809,58
		190.488,07	266.311,78
Total do ativo		1.331.177,26	1.287.354,32
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	12.5	122.123,23	122.123,23
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Reservas	12.5	6.000,00	6.000,00
Resultados transitados	12.5	490.760,09	424.351,34
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	12.5	485.812,76	537.188,51
		1.104.696,08	1.089.663,08
Resultado líquido do período		83.786,51	66.408,75
Total dos fundos patrimoniais		1.188.482,59	1.156.071,83
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		0,00	0,00
Provisões específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Outras dívidas a pagar		0,00	0,00
		0,00	0,00
Passivo corrente			
Fornecedores	12.6	25.998,11	19.530,14
Estado e outros entes públicos	12.7	15.146,32	16.079,80
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Financiamentos obtidos	6	17.672,32	16.208,91
Diferimentos	12.3	3.000,00	7.439,99
Outros passivos correntes	12.8	80.877,92	72.023,65
		142.694,67	131.282,49
Total do passivo		142.694,67	131.282,49
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		1.331.177,26	1.287.354,32

A Direcção


Rui Leonardo

MIHEL ANTUNES LAGES BRINHAS
João Manuel de Freitas

Contabilista Certificado


Paula Duarte

ASOCA - Associação Sol. Soc. Socorros de Campelos
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Contribuinte : 500976279

Moeda : EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2018	2017
Vendas e serviços prestados		637.844,05	622.817,40
Subsídios, doações e legados à exploração		365.613,81	343.792,34
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		120.433,70	125.537,34
Fornecimentos e serviços externos		208.042,51	196.625,21
Gastos com o pessoal		610.265,51	602.113,26
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos		72.924,50	75.200,55
Outros gastos		823,40	949,22
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		136.817,24	116.585,26
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		51.978,83	49.475,39
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		84.838,41	67.109,87
Juros e rendimentos similares obtidos		60,15	71,63
Juros e gastos similares suportados		1.112,05	772,75
Resultados antes de impostos		83.786,51	66.408,75
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		83.786,51	66.408,75

Luís António
 Luís António

Paulo Augusto
 Paulo Augusto

Luís António
 MICHEL ANTONET LORET DOMINGOS
 Luís António

Ata n° 1 de 2019

- No décimo segundo dia do mês de Março de dois mil e dezanove, reuniu-se na sede da ASOCA - Associação de Solidariedade Social e de Socorros de Campelos, o Conselho Fiscal com a presença dos seus membros Presidente, José Francisco Damos Antunes e Vogais José Augusto dos Santos e Adelino Manuel Rodrigues Ramos, para nos termos dos Estatutos apreciar o Relatório de Gestão de Contos do Exercício de dois mil e dezanove desta associação.

- Foram apresentados os documentos pela Direcção e distribuídos em suporte papel.

- Depois de analisados os Contos, com os esclarecimentos prestados pelo Presidente da Direcção, deliberou-se emitir o parecer favorável às Contos do exercício de dois mil e dezanove.

- Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião que vai ser assinada, nesta ata, para o efeito lavrada pelos presentes.


Adelino Manuel Rodrigues Ramos

José Augusto dos Santos